

Ana Luiza Lopes Serrano

**Sofrimento psicológico em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e seus
impactos**

Rio de Janeiro – RJ

2025

Ana Luiza Lopes Serrano

Sofrimento psicológico em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e seus impactos

Trabalho apresentado ao Curso de Psicologia, da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy, como requisito parcial para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II

Professor(a) da disciplina: Suelen Carlos de Oliveira e Valeria de Almeida Costa Pinto Victorino

Rio de Janeiro - RJ

2025

RESUMO

Este estudo investigou a associação entre transtornos psicológicos e o abuso sexual em crianças e adolescentes, bem como os impactos dessas experiências no desenvolvimento. Foi realizada uma análise de conteúdo temático com base em artigos científicos publicados entre 2020 e 2024, selecionados nas bases BVS, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES. Os resultados indicaram que o abuso sexual está relacionado a diversos transtornos, como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão e ansiedade, além de afetar negativamente a autoestima, os relacionamentos interpessoais e o desenvolvimento global das vítimas. Conclui-se que compreender esses impactos é essencial para a formulação de intervenções eficazes e políticas de proteção adequadas.

Palavras-chave: Abuso Sexual Infantil; Transtornos Psicológicos.

ABSTRACT

This study investigated the association between psychological disorders and sexual abuse in children and adolescents, as well as the impacts of these experiences on development. A thematic content analysis was carried out based on scientific articles published between 2020 and 2024, selected from the BVS, Google Scholar and CAPES Journal Portal databases. The results indicated that sexual abuse is related to several disorders, such as post-traumatic stress disorder (PTSD), depression and anxiety, in addition to negatively affecting self-esteem, interpersonal relationships and the overall development of victims. It is concluded that understanding these impacts is essential for the formulation of effective interventions and adequate protection policies.

Key words: Child Sexual Abuse; Psychological Disorders.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	5
2 – MÉTODO	7
3- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
4- RESULTADO	11
5 – DISCUSSÃO.....	16
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	20
APÊNDICE OU ANEXO	22

1 - INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é uma questão social que persiste ao longo da história do Brasil, refletindo desigualdades estruturais, vulnerabilidades sociais e falhas nos sistemas de proteção. Apesar dos avanços legislativos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, que estabelece direitos fundamentais e mecanismos de proteção, os índices de violência, especialmente a violência sexual, continuam alarmantes (UNICEF, 2021).

Segundo dados recentes divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a compreensão e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil ainda esbarram em desafios relacionados à subnotificação e à fragilidade dos sistemas de dados. Historicamente, os boletins de ocorrência não eram analisados de forma a evidenciar as especificidades das vítimas na faixa etária de zero a 19 anos, o que dificultava a elaboração de políticas públicas mais eficazes (UNICEF, 2021).

Entre os anos de 2016 e 2020, foram registradas 34.918 mortes violentas intencionais (MVI) de crianças e adolescentes no país. Além disso, entre 2017 e 2020, ocorreram 179.277 casos de estupro e estupro de vulnerável envolvendo vítimas nessa mesma faixa etária — uma média anual de 7 mil mortes e 45 mil casos de violência sexual. Os dados revelam também marcadores sociais alarmantes: 91% das vítimas de MVI são do sexo masculino, dos quais 75% são negros. No caso da violência sexual, 86% das vítimas são do sexo feminino e, quanto à raça/cor, 55% são brancas, 44% negras e 0,6% pertencem a outros grupos raciais (UNICEF, 2021).

O levantamento também evidencia que, nas faixas etárias mais precoces, especialmente de 0 a 9 anos, os casos de violência — tanto letal quanto sexual — ocorrem, em sua maioria, dentro do ambiente doméstico, perpetrados por pessoas do convívio familiar ou próximas da vítima. Esse cenário revela não só a gravidade do problema, mas também a urgência na implementação de estratégias intersetoriais que articulem saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça para a proteção integral de crianças e adolescentes (UNICEF, 2021).

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma grave violação dos direitos humanos que compromete o desenvolvimento emocional e psicológico das vítimas. No Brasil, o dia 18 de maio é marcado como o Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, conforme a Lei nº 9.970/2000, destinado à conscientização e ao combate dessa problemática. Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos indicam que crianças e adolescentes continuam sendo as principais vítimas desse tipo de violência, com mais

de 5.800 denúncias registradas nos primeiros cinco meses de 2022 — um aumento de 76% em relação ao mesmo período do ano anterior (SILVA *et al.*, 2022).

A recente sanção da Lei nº 14.432, que institui a campanha “Maio Laranja”, reforça a necessidade de fortalecer a conscientização e o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual infantil. No entanto, a eficácia dessas iniciativas depende não apenas da realização de campanhas educativas, mas também da articulação entre políticas públicas voltadas à prevenção e da capacitação dos profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos (SILVA *et al.*, 2022). Apesar do aumento alarmante de denúncias — de 6,4 mil em 2022 para mais de 17,5 mil em apenas quatro meses de 2023 —, ainda existe uma lacuna entre o que prevê a legislação e a efetiva proteção e acolhimento das vítimas (Lopes; Silva; Ribeiro, 2024).

Os impactos do abuso sexual infantil são profundos e duradouros, envolvendo transtornos psicológicos como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade, além de prejuízos nas relações sociais e na autoestima (APA, 2022; Lopes; Silva; Ribeiro, 2024). Essas consequências afetam a construção da identidade e a percepção de segurança do indivíduo, podendo persistir por toda a vida (Fernandes *et al.*, 2022; Bazon; Faleiros, 2013). Alterações comportamentais na infância, como retraimento, resistência ao toque e dificuldades escolares, podem indicar abuso e, se não tratadas, evoluir para quadros mais severos na vida adulta, incluindo ideação suicida e comportamentos autodestrutivos.

Embora existam políticas públicas fundamentais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o acolhimento adequado das vítimas ainda enfrenta desafios (Lopes; Silva; Ribeiro, 2024). O acolhimento deve ser realizado com escuta ativa, empatia e livre de julgamentos, garantindo um ambiente seguro que evite a revitimização e contribua para a superação do trauma.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo investigar a associação entre os transtornos psicológicos manifestados em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e os impactos dessas experiências no seu desenvolvimento emocional, social e comportamental. Busca-se, assim, contribuir para a formulação de estratégias terapêuticas mais eficazes e reforçar a importância de políticas públicas voltadas ao cuidado integral dessas vítimas.

2 – MÉTODO

Este estudo consiste em uma Revisão de Literatura baseada em evidências de estudos científicos na área da saúde. Para a construção da pesquisa, foram seguidas as seguintes etapas: delimitação do tema e formulação da pergunta norteadora; levantamento das publicações nas bases de dados selecionadas; aplicação dos critérios de inclusão e exclusão para seleção dos estudos; organização dos dados coletados em planilhas eletrônicas; e análise dos dados por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temática.

A pergunta norteadora que guiou o processo de busca foi: Quais são os principais transtornos psicológicos apresentados por crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e como o abuso sexual afeta seu desenvolvimento emocional e social? A busca foi realizada nas bases Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando palavras-chave em português como: “abuso sexual infantil psicologia”, “abuso sexual em adolescentes”, “impacto psicológico do abuso sexual” e “consequências do abuso sexual infantil”.

Foram adotados como critérios de inclusão artigos científicos publicados entre 2020 e 2024, escritos em português e que estivessem alinhados ao objetivo do estudo. Foram excluídos artigos indisponíveis nas bases, escritos em outro idioma, fora do período estipulado, bem como teses e monografias.

A organização dos dados foi realizada por meio de planilhas eletrônicas contendo informações referentes às bases de dados, título, autores, idioma, ano de publicação e revista dos artigos selecionados. A análise dos dados seguiu os passos da Análise de Conteúdo Temática, que compreende: pré-análise (leitura dos títulos), leitura dos resumos para identificação do foco temático e exploração do material para agrupamento em núcleos temáticos.

3- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das mais graves violações de direitos humanos, representando uma profunda ameaça ao desenvolvimento psicológico, emocional e social das vítimas. Essa violência não se restringe à prática de atos sexuais explícitos, abrangendo também imposição de toques, carícias forçadas, falas com conotação sexual, exibição de conteúdo pornográfico ou envolvimento em práticas sexuais por meio de manipulação ou coerção. Frequentemente, os agressores são pessoas próximas da vítima, como familiares, vizinhos ou figuras de autoridade, o que agrava o impacto ao distorcer vínculos de confiança e segurança (PALÚ *et al.*, 2023).

No ambiente intrafamiliar, o abuso sexual torna-se ainda mais complexo, pois a criança ou adolescente é submetido a um agressor que deveria ser fonte de proteção e cuidado. Essa experiência rompe brutalmente com as expectativas de afeto, gerando confusão entre amor, autoridade e violência. Muitas vítimas silenciam sua dor por medo, culpa ou lealdade ao agressor, dificultando a denúncia e o acesso ao cuidado psicológico adequado (PALÚ *et al.*, 2023).

As consequências psíquicas e comportamentais do abuso sexual infantil são profundas e duradouras. O trauma pode desencadear transtornos como depressão, ansiedade, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), transtornos de personalidade, distúrbios alimentares, além de comportamentos autodestrutivos, como automutilação, tentativas de suicídio e uso de substâncias psicoativas. O abuso compromete significativamente a autoestima e a capacidade da vítima de estabelecer vínculos saudáveis, perpetuando um ciclo de sofrimento e exclusão social que pode se estender até a vida adulta. Dificuldades de socialização, isolamento, desconfiança, sentimentos de inferioridade e vergonha são relatos frequentes entre adultos que sofreram abuso na infância ou adolescência (PALÚ *et al.*, 2023).

No contexto brasileiro, o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é respaldado por um robusto arcabouço legal, com destaque para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990. O ECA assegura, em seu artigo 5º, que nenhuma criança ou adolescente será objeto de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, e obriga a comunicação às autoridades competentes em caso de violação desses direitos (BRASIL, 1990).

Além da legislação, a proteção e o atendimento às vítimas contam com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza os serviços socioassistenciais em níveis básico e especial. A proteção social básica, via Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), visa prevenir riscos sociais fortalecendo vínculos familiares e comunitários. A proteção social

especial, por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), oferece atendimento psicossocial às vítimas e suas famílias, promovendo a superação do trauma e a reintegração social (BRASIL, 2004^a).

A intervenção psicológica especializada é fundamental no cuidado às vítimas de abuso sexual. Conforme as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2009) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), o psicólogo deve atuar de forma ética, empática e técnica, promovendo o acolhimento, escutando sem julgamentos e oferecendo acompanhamento terapêutico contínuo. A psicoterapia deve focar na reconstrução da identidade, fortalecimento do senso de segurança, redução de sintomas como medo, culpa e vergonha, e promoção de estratégias saudáveis de enfrentamento.

Além disso, é imprescindível que o atendimento seja integrado com as redes de saúde (SUS), educação e justiça, garantindo um cuidado multidisciplinar e humanizado. Lopes, Silva e Ribeiro (2024) destacam que essa articulação é fundamental para que o suporte às vítimas seja sensível às necessidades emocionais e sociais, contemplando também intervenções com familiares para fortalecer o núcleo protetivo e romper o ciclo da violência.

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal de 1988, representa um marco na garantia dos direitos sociais no Brasil, sendo responsável por assegurar o acesso universal, integral e gratuito à saúde. No âmbito da proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, o SUS tem um papel fundamental, atuando não apenas na assistência, mas também na prevenção, na notificação compulsória dos casos e no acompanhamento psicossocial das vítimas e suas famílias.

De acordo com o Ministério da Saúde, a violência sexual é classificada como uma grave violação dos direitos humanos e demanda uma resposta intersetorial, sendo o SUS um dos principais pontos de entrada para a identificação e acolhimento dessas situações (BRASIL, 2017). O atendimento às vítimas de abuso sexual no SUS é norteado pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente em Situação de Violência, que orienta o cuidado integral, incluindo ações de escuta qualificada, acolhimento, assistência médica, psicológica e social.

A notificação compulsória dos casos de violência, inclusive a violência sexual, foi instituída pela Portaria nº 104/2011 do Ministério da Saúde, que obriga os profissionais e serviços de saúde a informarem casos suspeitos ou confirmados de violência contra crianças e adolescentes ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) (BRASIL, 2017). Esse

processo é essencial para a construção de dados epidemiológicos que subsidiam políticas públicas de enfrentamento à violência.

Além disso, o SUS articula sua atuação com a Rede de Proteção Social, composta por órgãos como o Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Sistema de Justiça, a Assistência Social (CREAS e CRAS) e a Educação. Essa integração permite que o cuidado vá além do atendimento emergencial, promovendo o acompanhamento contínuo, suporte psicológico e ações de prevenção e orientação para famílias e comunidades (DA SILVA et al., 2023).

Apesar dos avanços nas normativas e diretrizes, o atendimento às vítimas de abuso sexual no SUS ainda enfrenta desafios, como a capacitação insuficiente de profissionais, a escassez de serviços especializados, e a necessidade de ampliar o acesso a terapias psicossociais, especialmente em regiões mais vulneráveis do país (MAFFINI et al., 2021).

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) apresenta-se como uma abordagem terapêutica eficaz para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, baseada na premissa de que a interpretação dos eventos influencia emoções e comportamentos (APA, 2017; Beck, 1979). O trauma pode intensificar crenças disfuncionais que impactam negativamente as memórias do paciente (Silva, 2017). Intervenções da TCC para Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) visam capacitar os pacientes a desenvolver estratégias de enfrentamento, manejar sintomas e ressignificar a experiência traumática (Clark & Beck, 2012; Habigzang & Caminha, 2004).

No Brasil, Habigzang et al. (2009) demonstraram a eficácia da TCC em vítimas de abuso sexual por meio de intervenções grupais que resultaram em redução significativa de sintomas de ansiedade, depressão e TEPT, além da mudança em crenças distorcidas sobre o trauma.

Além da TCC tradicional, a Terapia Cognitivo-Comportamental Focada no Trauma (TF-TCC) é um modelo específico para essa população, com etapas estruturadas que incluem psicoeducação, manejo do estresse, modulação do afeto, enfrentamento e processamento cognitivo (Mannarino & Deblinger, 2010; Cohen & Mannarino, 2011).

Diante da complexidade e dos graves impactos do abuso sexual, é fundamental implementar estratégias de intervenção eficazes e acessíveis como a TCC, priorizando a proteção e o bem-estar das vítimas e a mitigação dos efeitos a longo prazo. Apesar das políticas públicas existentes, os desafios permanecem, reforçando a necessidade de aprimorar a articulação entre serviços de saúde, assistência social e justiça para garantir um atendimento integral e eficaz.

4 - RESULTADO

Foram inicialmente identificados 54 artigos relacionados ao tema nas bases de dados selecionadas: 9 no Portal Capes, 40 no Google Acadêmico e 5 na Biblioteca Virtual em Saúde. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 41 artigos foram descartados, restando 13 artigos para análise.

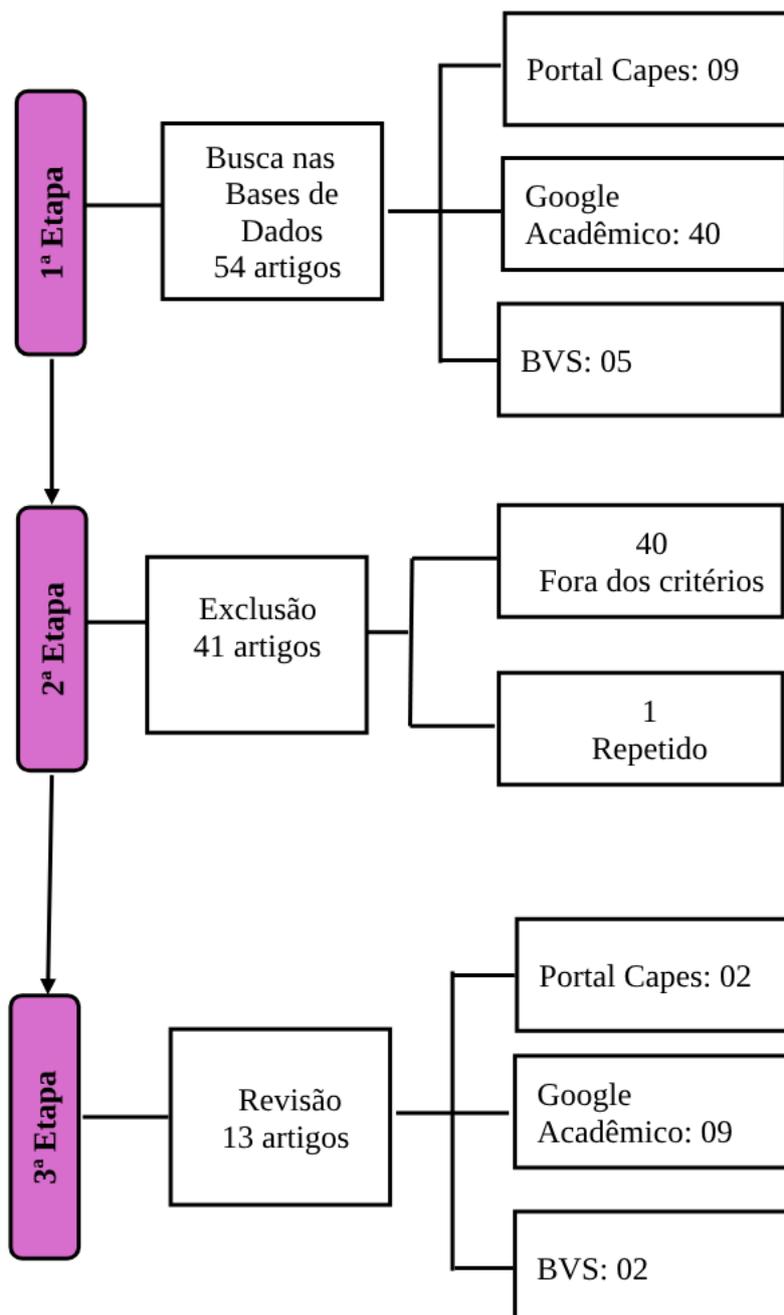
Os artigos selecionados foram organizados em planilhas eletrônicas contendo informações sobre título, autores, ano de publicação, idioma e periódico.

A análise de conteúdo temática permitiu agrupar as informações em núcleos temáticos relacionados aos transtornos psicológicos mais frequentemente associados ao abuso sexual infantil, bem como aos impactos emocionais e sociais decorrentes dessas experiências.

Ao final desse processo, foi possível identificar quatro eixos temáticos em comum nos artigos lidos, sendo eles: 1) consequências físicas e psicológicas causados pelo Abuso Sexual na Criança e no Adolescente; 2) transtornos psicológicos causados em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual (AS); 3) intervenções dos profissionais de algumas abordagens psicológicas frente ao AS e, por fim, 4) o impacto na vida adulta das crianças e adolescentes vítimas de AS.

(Figura 2 apresenta a distribuição dos artigos selecionados conforme base de dados e temas abordados.)

Figura 1 - Revisão dos artigos em quatro bases



Fonte: elaboração própria.

Figura 2- Artigos incluídos na presente pesquisa.

Título	Base de dados	Ano	Idioma	Revista	Autores
O impacto do abuso sexual na saúde mental da criança e do adolescente no Brasil: uma revisão bibliográfica	Google Acadêmico	2024	Português	Editora Omnis Scientia	NASCIMENTO NETO, E. B. DO et al.
Impactos psicológicos do abuso sexual infantil na fase adulta	Portal da Capes	2024	Português	Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro	RIBEIRO LOPES, C.; SOUSA SILVA, L.; SOARES RIBEIRO, T
Prevenção do abuso sexual em crianças e adolescentes	BVS	2023	Português	Ministério da saúde	DA SILVA, J. D. L. et al
Possíveis impactos psicológicos em crianças vítimas de abuso sexual – uma revisão de literatura	Google Acadêmico	2022	Português	Brazilian Journal of Development	DE ALMEIDA NETO, A. B. et al
Intervenções cognitivo comportamental em crianças em situação de violência sexual: uma revisão narrativa da literatura	Google Acadêmico	2022	Português	Revista Psicologia e Saberes	PAZ, Fernanda Marques; NORTE, Douglas Möllerke; TEIXEIRA, Vanessa Andina.
Um olhar da psicologia sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes: uma revisão integrativa	Google Acadêmico	2022	Português	Research, Society and Development.	FERNANDES, D. T. et al
Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: uma revisão de literatura	Google Acadêmico	2021	Português	Polemica	SANTOS, M. E. P.; MACEDO, E. B
Transtorno de estresse pós-traumático em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: uma revisão não sistemática da literatura	Google Acadêmico	2021	Português	Revista Científica Unilago	DA COSTA SOUZA, V. C.; SABINO, A. D. V
Terapia Cognitivo-Comportamental focada no trauma para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: revisão integrativa	Google Acadêmico	2021	Português	Psicologia e Saúde em Debate	MAFFINI, G. et al
Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes	BVS	2020	Português	Psico-USF	AZNAR-BLEFARI, C. et al
A vitimização sexual em criança e adolescentes: os profissionais de saúde e os aspectos legais	Portal da Capes	2020	Português	Revista Brasileira de Sexualidade Humana	SADIGURSKY, C. A

Violência infantil no Brasil e suas consequências psicológicas: uma revisão sistemática	Google Acadêmico	2020	Português	Brazilian Journal of Development	NUNES, A. C. P. et al
Violência sexual contra crianças e adolescentes e suas consequências psicológicas, cognitivas e emocionais: revisão integrativa de literatura	Google Acadêmico	2020	Português	Psicologia e Saúde em Debate	AGUIAR, E. V. DE; FERREIRA, C. A. L

Fonte: *elaboração própria.*

Figura 3 - Principais temas incluídos na presente pesquisa

ENFOQUE PRINCIPAL	SUBTEMAS	ARTIGOS RELACIONADOS
IMPACTOS DO ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	<ul style="list-style-type: none"> • Sexualidade exacerbada • Mentiras • Culpa • Baixa autoestima • Agressividade • Timidez • Desesperança em relação ao futuro 	2
TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS DECORRENTES DO ABUSO SEXUAL	<ul style="list-style-type: none"> • Transtorno Depressivo Maior • Transtorno de Ansiedade • Transtorno do Estresse Pós-Traumático • Fobias • Transtornos Alimentares • Ideação suicida • Automutilação • Uso de álcool ou drogas • Transtorno Dissociativos • Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade • Transtorno de Personalidade 	8

Fonte: *Elaboração Própria*

5 – DISCUSSÃO

Diversos estudos indicam que o abuso sexual em crianças e adolescentes provoca uma série de consequências emocionais e comportamentais que podem perdurar por toda a vida, impactando profundamente seu desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Sintomas como insônia, isolamento social, tristeza profunda, quadros depressivos, ideação suicida e uso de substâncias psicoativas para lidar com a dor emocional são frequentemente relatados (Fontes *et al.*, 2017). Além disso, pesquisas apontam que esses maus-tratos estão associados a alterações neurobiológicas, epigenéticas e inflamatórias, que influenciam o surgimento de transtornos emocionais, como baixa autoestima, ansiedade, depressão e comportamento suicida, afetando também o funcionamento cerebral, o sistema imunológico e os mecanismos de resposta ao estresse (Jacob *et al.*, 2020).

As manifestações emocionais observadas nas vítimas incluem raiva, tristeza, impotência e angústia, sentimentos que podem ser intensificados pela falta de compreensão e apoio no ambiente familiar e social (Andrade & Souza, 2018). Entre os transtornos psicológicos mais comuns estão o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), depressão e ansiedade, além de comportamentos de automutilação, distúrbios alimentares e envolvimento precoce em práticas sexuais de risco (Silva *et al.*, 2020). Esses impactos variam conforme fatores como a frequência das agressões, o vínculo com o agressor e o tempo até a intervenção, mostrando a complexidade da problemática e a necessidade de abordagens específicas e individualizadas (Nunes *et al.*, 2023).

Apesar da atenção dada aos efeitos a longo prazo, a literatura aponta uma lacuna na investigação dos impactos imediatos do abuso durante a infância, especialmente devido à subnotificação dos casos e a barreiras institucionais, sociais e culturais que dificultam a identificação e o tratamento precoce (Silva *et al.*, 2020). Crianças vítimas apresentam comportamentos como sexualidade precoce ou inadequada, isolamento, dificuldades escolares, agressividade e problemas de confiança interpessoal, evidenciando os múltiplos efeitos do abuso em diferentes dimensões da vida.

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal de 1988, é resultado de um movimento social e político que buscava a universalização do direito à saúde no Brasil, baseado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade. No contexto do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, o SUS assume um papel central, tanto na prevenção quanto na assistência às vítimas. O Ministério da Saúde reconhece a violência

sexual como uma grave violação dos direitos humanos e de saúde pública, o que exige do sistema de saúde uma resposta rápida, humanizada e integrada (BRASIL, 2017).

Para garantir a efetividade no atendimento, o SUS dispõe de diretrizes específicas que orientam os profissionais de saúde na abordagem desses casos. A notificação compulsória de situações de violência contra crianças e adolescentes, incluindo a violência sexual, é obrigatória em todo o território nacional, conforme determina a Portaria nº 104/2011 do Ministério da Saúde. Esta medida visa não apenas o registro dos casos, mas também o monitoramento epidemiológico e a formulação de políticas públicas mais eficazes (BRASIL, 2017).

Além disso, a Portaria nº 485/2014 estabelece a organização dos Serviços de Referência para Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual no SUS, que oferecem atendimento integral, incluindo acolhimento, escuta qualificada, atendimento médico e psicológico, realização de exames, profilaxias para infecções sexualmente transmissíveis, anticoncepção de emergência e, quando necessário, coleta de vestígios para fins periciais (BRASIL, 2014). Esses serviços são fundamentais, especialmente para crianças e adolescentes, uma vez que proporcionam um atendimento especializado, humanizado e que visa minimizar os impactos físicos e emocionais decorrentes da violência sofrida.

O atendimento às vítimas de violência sexual não se limita ao cuidado emergencial. O SUS atua de forma articulada com outros setores, como a assistência social, a segurança pública, o judiciário e o Ministério Público, compondo uma rede de proteção que busca garantir a integralidade do cuidado, conforme previsto na Lei nº 13.431/2017. Essa legislação estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, determinando, entre outras diretrizes, a realização da escuta protegida, a fim de evitar a revitimização durante o processo de atendimento e responsabilização dos agressores (BRASIL, 2017).

Apesar dos avanços normativos e da criação de fluxos de atendimento, a prática cotidiana ainda apresenta desafios significativos. Entre os principais, destacam-se a carência de profissionais capacitados na abordagem de vítimas de abuso sexual, a insuficiência de serviços especializados em determinadas regiões, principalmente nas áreas rurais e periféricas, e a necessidade de fortalecimento das ações intersetoriais. Estudos recentes apontam que a capacitação dos profissionais da saúde é essencial para garantir que o atendimento ocorra de forma empática, técnica e eficiente, reduzindo os danos emocionais e favorecendo a recuperação da vítima (DA SILVA et al., 2023; MAFFINI et al., 2021).

Dessa forma, o SUS não apenas cumpre seu papel de atendimento emergencial, mas também integra ações de acompanhamento psicológico, social e médico, além de atuar na prevenção, orientação e formação de profissionais. O fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) são estratégias essenciais para oferecer suporte contínuo às vítimas e às suas famílias, promovendo, assim, a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de violência sexual (DA SILVA *et al.*, 2023; MAFFINI *et al.*, 2021).

No âmbito terapêutico, a Terapia Cognitivo-Comportamental Focada no Trauma (TCC-FT) tem sido destacada por sua capacidade de abordar os sintomas relacionados ao trauma, promovendo a reestruturação cognitiva, a ressignificação das memórias traumáticas e o fortalecimento de crenças positivas sobre a vítima, especialmente quando envolve a participação ativa dos cuidadores e estratégias de psicoeducação (Maffini *et al.*, 2023). Comparações com outras abordagens terapêuticas indicam que a TCC-FT pode contribuir para a redução dos sintomas de TEPT, depressão e ansiedade, promovendo melhora significativa na dinâmica familiar (Macdonald *et al.*, 2016; Wethington *et al.*, 2008; Giles *et al.*, 2013). Contudo, é importante considerar que a eficácia dessas intervenções deve ser analisada com cautela, dentro de um contexto mais amplo de pesquisa e prática clínica.

No Brasil, o aumento significativo das denúncias de abuso sexual infantil nos últimos anos evidencia a gravidade e a maior visibilidade do problema, embora a resposta institucional ainda seja insuficiente para atender a demanda e complexidade desses casos (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023). A cultura do silêncio em torno do abuso reforça o estigma e dificulta o acesso das vítimas ao apoio necessário, o que ressalta a importância de políticas públicas eficazes e a capacitação de profissionais para enfrentar esse desafio.

Por fim, a atuação da psicologia clínica e social é essencial para a reconstrução psíquica das vítimas, oferecendo um espaço seguro e empático para a elaboração do trauma, o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e a retomada do controle da própria história. Para isso, é fundamental que os profissionais estejam capacitados e atuem em consonância com as demais políticas públicas, numa abordagem interdisciplinar que contribua para romper o ciclo da violência e garantir o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual (Lopes, Silva & Ribeiro, 2024).

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual infantil possui sérias repercussões na saúde mental e no desenvolvimento social do indivíduo, afetando desde a adolescência até a vida adulta. Estudos indicam que as vítimas enfrentam grandes dificuldades na construção de relações de confiança e podem estar mais vulneráveis ao surgimento de transtornos psicológicos, como depressão e baixa autoestima. Além disso, observa-se que o abuso sexual infantil pode estar associado ao uso de substâncias psicoativas, como álcool e drogas ilícitas (PALÚ *et al.*, 2023).

A pesquisa de Fernandes *et al.* (2022) aborda a violência sexual contra crianças e adolescentes, destacando as diversas consequências físicas e psicológicas associadas a essa violência. Os autores enfatizam a importância da escuta atenta e não julgadora, permitindo que as vítimas encontrem um espaço acolhedor para lidar com os impactos biopsicossociais do abuso. Além disso, reforçam a necessidade da educação sexual em contextos diversos, como escolas e unidades de saúde, com o intuito de prevenir a violência sexual e identificar precocemente fatores de risco. O estudo também aponta limitações na atuação da psicologia em tais situações, indicando a necessidade de revisões teóricas e práticas para aprimorar o cuidado em saúde mental e fortalecer a atuação interdisciplinar, incluindo profissionais do campo jurídico.

Maffini *et al.* (2023) ressaltam que a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é uma das abordagens que têm sido amplamente estudadas no contexto do tratamento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, especialmente no manejo de sintomas relacionados ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Destacam-se a importância da construção de uma relação terapêutica baseada em segurança e confiança, bem como o envolvimento de cuidadores e a aplicação de técnicas como a reestruturação cognitiva e a exposição. Entretanto, os próprios autores indicam a necessidade de aprofundamento nas pesquisas, especialmente por meio de estudos randomizados controlados no Brasil, e sugerem que futuras investigações considerem as especificidades do desenvolvimento infantil e adolescente na formulação das intervenções.

Além disso, é fundamental destacar que outras abordagens psicológicas também podem contribuir significativamente no cuidado a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, considerando a diversidade das necessidades individuais e contextuais. O desenvolvimento de políticas públicas específicas, que promovam ações integradas de prevenção, proteção e assistência, bem como o fortalecimento das redes de apoio, é essencial nesse cenário. A capacitação técnica contínua dos profissionais envolvidos — psicólogos, assistentes sociais, profissionais

da saúde, educação e do sistema de justiça — também se mostra indispensável para a condução adequada dos casos e para a prevenção da revitimização.

A atuação do psicólogo em contextos de alegações de violência sexual contra crianças e adolescentes é especialmente relevante no que se refere à condução de entrevistas qualificadas, que priorizem a proteção da vítima e a obtenção de informações de forma ética e segura. Esse processo requer conhecimento técnico sobre o desenvolvimento infantil, a dinâmica da violência e os métodos adequados para entrevistas forenses e escuta especializada. A literatura aponta boas práticas, como a criação de vínculo empático, o estímulo à revelação espontânea e a minimização da sugestibilidade, ressaltando ainda a necessidade de formação adequada para evitar a revitimização. Apesar dos avanços legislativos e do reconhecimento institucional, há necessidade de diretrizes mais claras para a escuta especializada, bem como de maior investimento na capacitação profissional, a fim de garantir entrevistas mais eficazes e éticas (Aznar-Blefari *et al.*, 2023).

A violência sexual na infância e adolescência apresenta elevada prevalência e pode gerar consequências importantes ao longo de diferentes fases da vida, como transtorno de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, abuso de substâncias e até risco de suicídio. Tais efeitos foram amplamente discutidos em estudos como os de Silva e Hutz (2002), Baía *et al.* (2015), Florentino (2015), Schneider e Habigzang (2016) e Teixeira, Resende e Perissinotto (2020), referidos por Paz, Norte e Teixeira (2023), que também enfatizam os impactos sociais da violência sexual. Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação da psicologia, por meio de intervenções terapêuticas que considerem a complexidade dos sintomas relacionados ao trauma infantil, como a Terapia Cognitivo-Comportamental Focada no Trauma (TCC-FT), apontada como uma das estratégias possíveis de intervenção (*apud* Paz, Norte & Teixeira, 2023). Contudo, é imprescindível compreender que nenhuma abordagem terapêutica isoladamente esgota a complexidade desse fenômeno, sendo necessário integrar múltiplos recursos, políticas públicas e ações interdisciplinares, visando à proteção, ao acolhimento e à promoção do desenvolvimento saudável das vítimas.

REFERÊNCIAS

- ATENDIMENTO psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: uma revisão de literatura.** Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/60207/38061>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- AZNAR-BLEFARI, C. et al.** Atuação de psicólogos em alegações de violência sexual: boas práticas nas entrevistas de crianças e adolescentes. *Psico-USF*, v. 25, n. 4, p. 625–635, 2020.
- BAUM, K. S.; FRANÇA, M. T. A.** Violência sexual contra adolescentes no Brasil: uma análise microeconômica a partir dos dados da PeNSE 2019. *ResearchGate*, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/384728459_VIOLENCIA_SEXUAL_CONTRA_ADOLESCENTES_NO_BRASIL. Acesso em: 8 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 485, de 1º de abril de 2014.** Define e qualifica os serviços de referência para atendimento às pessoas em situação de violência sexual no âmbito do SUS. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0485_01_04_2014.html. Acesso em: 19 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.** Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm. Acesso em: 19 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Manual de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.** Brasília, DF: MDH, 2017.
- DA SILVA, J. D. L. et al. (org.). Prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes.** Brasília, DF: Fiocruz Brasília, 2023. 60 p.
- DE ALMEIDA NETO, A. B. et al.** Possíveis impactos psicológicos em crianças vítimas de abuso sexual – uma revisão de literatura / Possible psychological impacts on children victims of sexual abuse – a literature review. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 7, p. 52024–52029, 2022.
- DO NASCIMENTO PALÚ, K. A. C.; VANDERLINDE, Y. L.; VARGAS, G. B. P.; DA SILVA FIGUEIREDO, D. S.** O impacto do abuso sexual na saúde mental da criança e do adolescente no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Omniscientia*, p. 4, 2024.

FERNANDA MARQUES PAZ; DOUGLAS MÖLLERKE NORTE; VANESSA ANDINA TEIXEIRA (org.). *Intervenções cognitivo-comportamentais em crianças em situação de violência sexual: uma revisão narrativa da literatura. Revista Psicologia & Saberes*, v. 11, n. 2, e111437, 2022.

MAFFINI, G. et al. Terapia cognitivo-comportamental focada no trauma para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: revisão integrativa. *Psicologia e Saúde em Debate*, v. 7, n. 1, p. 327–342, 2021.

NUNES, A. C. P. et al. Violência infantil no Brasil e suas consequências psicológicas: uma revisão sistemática / Child violence in Brazil and its psychological consequences: a systematic review. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, v. 6, n. 10, p. 79408–79441, 2020.

OLIVEIRA, A. J.; SILVA, C. G.; FERRO, L. R. M.; REZENDE, M. M. Abuso sexual infantil e consequências na vida adulta: uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, e93391110484, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/10484/9512/144577>. Acesso em: 8 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra*: Organização Mundial da Saúde, 2002.

RIBEIRO LOPES, C.; SOUSA SILVA, L.; SOARES RIBEIRO, T. Impactos psicológicos do abuso sexual infantil na fase adulta. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 12, n. 1, 2024.

SADIGURSKY, C. A. A vitimização sexual em criança e adolescentes: os profissionais de saúde e os aspectos legais. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 10, n. 1, 2020.

SOUZA, V. C. C.; SABINO, A. D. V. Transtorno de estresse pós-traumático em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: uma revisão não sistemática da literatura. *Revista Científica Unilago*, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/635>. Acesso em: 30 abr. 2025.

UNICEF. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, DF*: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN; AGUIAR, E. V. DE; FERREIRA, C. A. L. Violência sexual contra crianças e adolescentes e suas consequências psicológicas, cognitivas e emocionais: revisão integrativa de literatura. *Psicologia e Saúde em Debate*, v. 6, n. 2, p. 80–96, 2020.

VISÃO de uma visão da psicologia sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37209/31092>. Acesso em: 29 abr. 2025.

APÊNDICE OU ANEXO